

Gestão 2024-2026

Procurador-Geral de Justiça
Romão Avila Milhan Junior
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Legislativa
Camila Augusta Calarge Doreto
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siuffi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Luiz Gustavo Camacho Terçariol
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2014 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 3190/2024-PGJ, DE 19.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indicar a Procuradora de Justiça Lucienne Reis D'Avila para, sem prejuízo de suas funções, compor o Grupo Nacional de Acompanhamento Processual, GNP, na área de recursos aos Tribunais Superiores, área recursal criminal, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, CNPG, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 399/2023-PGJ, de 30.1.2023, na parte que designou a Procuradora de Justiça Esther Sousa de Oliveira.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2767/2024-PGJ, DE 7.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Oscar de Almeida Bessa Filho 1 (um) dia de folga compensatória em 12.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial em regime de mutirão realizada em 2021, nos termos do artigo 2º, § 2º, da Resolução nº 23/2021-PGJ, de 23.6.2021.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2861/2024-PGJ, DE 17.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Douglas Silva Teixeira 5 (cinco) dias de folga compensatória de 22 a 26.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2873/2024-PGJ, DE 17.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Antenor Ferreira de Rezende Neto 5 (cinco) dias de folga compensatória de 29.7 a 2.8.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3125/2024-PGJ, DE 19.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Fernanda da Silveira Corrêa Brescianini, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 59ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça 6, Assep 6, até ulterior deliberação.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3126/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o seguinte servidor ocupante de cargo efetivo do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual para prestar serviços na unidade de exercício abaixo indicada, até ulterior deliberação, revogando-se as disposições em contrário:

LOTAÇÃO: PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DOURADOS		
DESIGNAÇÃO: GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO - GAECO		
SERVIDOR	CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE	A PARTIR DE
Jonathan Bruno dos Santos Silva	Técnico I/Administrativa	18.6.2024

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3127/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 19.6.2024, do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Juliana Benfatti de Alencar, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3128/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar as servidoras Raíssa Bernardino Campos e Rosinei Escobar Xavier, Técnicas I, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Processante para apurar os fatos constantes no PGA nº 09.2024.00005483-2; e tornar sem efeito a Portaria 2695/2024-PGJ, de 29.5.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 0057/2024/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça André Luiz de Godoy Marques, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2024.00004773-1, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 06 de junho de 2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0058/2024/AOP/PGJ SIGILO (ART. 23, VIII, DA LEI 12.527/2011)

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao/à Promotor/a de Justiça, a quem o/a substituir ou a quem o/a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de procedimento, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 10 de junho de 2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0059/2024/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça George Zarour Cezar, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Procedimento Preparatório n° 06.2024.00000484-2, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 17 de junho de 2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 0060/2024/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça George Zarour Cezar, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2024.00005032-5, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 18 de junho de 2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 2865/2024-PGJ, DE 17.6.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar o servidor Pablo Ferelli de Souza, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Camapuã, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Nioaque, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, de 20 a 29.5.2024, em razão de afastamento da servidora Ruth Dayana da Rosa Vera, Técnica II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2866/2024-PGJ, DE 17.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar a servidora Eliene Marta Breguedo do Nascimento Machado, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada na Promotoria de Justiça de Angélica, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Nioaque, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, de 6 a 17.5.2024, em razão de afastamento da servidora Ruth Dayana da Rosa Vera, Técnica II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2868/2024-PGJ, DE 17.6.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar a servidora Agnes Juliane Cardoso Fonseca de Melo, ocupante do cargo efetivo, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Ponta Porã, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 14ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, a partir de 1º.6.2024, por 30 (trinta) dias.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3031/2024-PGJ, DE 18.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar a servidora Larissa Almada Feitosa Borges, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício no Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado 4, Gaeco 4, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça de Jardim, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, a partir de 17.6.2024, por 60 (sessenta) dias.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2801/2024-PGJ, DE 10.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Flávio Lopes por meio da Portaria nº e-1374/2023-PGJ, de 31.10.2023, que seriam usufruídas de 22.4 a 1º.5.2024, a serem usufruídas de 7 a 16.10.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2802/2024-PGJ, DE 10.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Raphaela Gonsales Gomes Gheno por meio da Portaria nº e-255/2024-PGJ, de 4.3.2024, que seriam usufruídas de 6 a 15.5.2024, a serem usufruídas de 10 a 19.3.2025, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2803/2024-PGJ, DE 10.6.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Suzete dos Santos Bezerra por meio da Portaria nº e-1699/2023-PGJ, de 18.12.2023, que seriam usufruídas de 15 a 24.2.2024, a serem usufruídas de 18 a 27.11.2024, em razão de licença-luto, nos termos do artigo 10, inciso VI, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2804/2024-PGJ, DE 10.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 21.5.2024, as férias da servidora Flavia Alessandra de Freitas Magalhães, concedidas por meio da Portaria nº e-254/2024-PGJ, de 4.3.2024, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas de 20 a 28.1.2025.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2805/2024-PGJ, DE 10.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 15.5.2024, as férias da servidora Fabiana Pereira da Silva, concedidas por meio da Portaria nº e-330/2023-PGJ, de 28.3.2023, com redação dada pela Portaria nº 5883/2023-PGJ, de 30.10.2023, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas de 17 a 25.10.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2806/2024-PGJ, DE 10.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Suspender 4 (quatro) dias das férias concedidas à servidora Mayara Vaz Cardeal Lima por meio da Portaria nº e-1621/2023-PGJ, de 5.12.2023, com suas modificações, que seriam usufruídas de 20 a 23.5.2024, a serem usufruídas de 29.10 a 1º.11.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2807/2024-PGJ, DE 10.6.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 20.5.2024, as férias do servidor Jean Haeffner Machado concedidas por meio da Portaria nº e-1443/2023-PGJ, de 14.11.2023, com redação dada pela Portaria nº 2301/2024-PGJ, de 10.5.2024, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas de 30.10 a 1º.11.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2808/2024-PGJ, DE 10.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Marivalma Amâncio de Lima Suzuki por meio da Portaria nº e-410/2024-PGJ, de 5.4.2024, que seriam usufruídas de 27.5 a 5.6.2024, a serem usufruídas de 8 a 17.7.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2809/2024-PGJ, DE 10.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Paulo Henrique Sanches por meio da Portaria nº e-1383/2023-PGJ, de 1º.11.2023, que seriam usufruídas de 11 a 20.9.2024, a serem usufruídas de 19 a 28.6.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2810/2024-PGJ, DE 10.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Isabela Castro Almeida por meio da Portaria nº e-1170/2023-PGJ, de 17.10.2023, que seriam usufruídas de 20 a 29.5.2024, a serem usufruídas de 31.7 a 9.8.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2811/2024-PGJ, DE 10.6.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 3.6.2024, as férias da servidora Andressa Miranda Auto Vale concedidas por meio da Portaria nº e-405/2024-PGJ, de 5.4.2024, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas de 23.9 a 2.10.2024 e de 7 a 13.1.2025.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2817/2024-PGJ, DE 11.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Larissa Figueiredo de Toledo Buytendorp por meio da Portaria nº e-1398/2022-PGJ, de 11.11.2022, com suas modificações, de forma que, onde consta: “de 10 a 18.6.2024”, passe a constar: “de 15 a 23.8.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2827/2024-PGJ, DE 11.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Elaine do Nascimento Malheiros Freitas por meio da Portaria nº e-1157/2023-PGJ, de 16.10.2023, com redação dada pela Portaria nº e-325/2024-PGJ, de 15.3.2024, de forma que, onde consta: “de 15 a 24.7.2024”, passe a constar: “de 22 a 31.7.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2828/2024-PGJ, DE 11.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor Marcos Andraos Mokayad Ferro por meio da Portaria nº e-1398/2023-PGJ, de 6.11.2023, de forma que, onde consta: “de 8 a 17.7.2024”, passe a constar: “de 15 a 24.7.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2857/2024-PGJ, DE 17.6.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares à servidora Geovana de Oliveira Melo, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 13.6 a 12.7.2024, nos termos dos artigos 1º e 4º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2858/2024-PGJ, DE 17.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Mariana Silva Martins por meio da Portaria nº e-1694/2023-PGJ, de 18.12.2023, com redação dada pela Portaria nº e-490/2024-PGJ, de 2.5.2024, de forma que, onde consta: “de 8 a 17.7.2024”, passe a constar: “de 20 a 29.1.2025”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-627/2024/PGJ, DE 17.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Claodemir Pedro Todescato Junior, ocupante do cargo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no dia de 4.6.2024, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso I, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-659/2024/PGJ, DE 17.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1149/2023-PGJ, de 16.10.2023, que concedeu férias ao servidor Fabiano Alves Davy, de forma que, onde consta: "de 1º a 10.7.2024", passe a constar: "de 15 a 24.7.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-671/2024/PGJ, DE 19.6.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Jaria Tania da Silva Toledo, ocupante do cargo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 90 (noventa) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 20.5 a 17.8.2024, com prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132, 136 e 144 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso II do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

CONSELHO SUPERIOR**PAUTA DA 13ª SESSÃO DE JULGAMENTO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE INICIARÁ NO DIA 1º DE JULHO DE 2024.****1. Expedientes:****1.1. Análise das prorrogações de prazo de Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios, conforme o art. 222 do Regimento Interno do CSMP:****1.1.1. Conselheira IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00005435-4:****11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001760-0

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000893-7

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000147-0

17ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2022.00001017-0

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2022.00001100-2

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Sete Quedas:

Inquérito Civil nº 06.2023.00000066-4

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

Inquérito Civil nº 06.2023.00000258-4

42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2023.00000300-6

Inquérito Civil nº 06.2023.00000387-2

Inquérito Civil nº 06.2023.00000388-3

Inquérito Civil nº 06.2023.00000430-5

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste:**

Inquérito Civil nº 06.2023.00001391-5

25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Procedimento Preparatório nº 06.2024.00000057-9

1.1.2. Conselheira ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00005434-3:****1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00001044-2

Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000178-4

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001537-8

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Itaquiraí:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000086-3

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000121-8

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000861-5

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Deodópolis:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001144-2

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000071-6

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000157-0

Inquérito Civil nº 06.2022.00000198-1

49ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000970-7

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

Inquérito Civil nº 06.2022.00001305-5

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

Inquérito Civil nº 06.2023.00000067-5

11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil 06.2023.00000116-3

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:

Inquérito Civil nº 06.2023.00000340-6

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

Inquérito Civil nº 06.2023.00000349-4

42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2023.00000390-6



Inquérito Civil nº 06.2023.00000409-3

Inquérito Civil nº 06.2023.00000425-0

7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Procedimento Preparatório nº 06.2024.00000077-9

1.1.3. Conselheira FILOMENA APARECIDA DE PÓLITO FLUMINHAN:

1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00005439-8:

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillante:

Inquérito Civil nº 06.2018.00000212-4

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Inquérito Civil nº 06.2018.00003579-2

Inquérito Civil nº 06.2022.00000239-1

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000070-8

Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001436-1

Inquérito Civil nº 06.2022.00001602-0

Promotoria de Justiça da comarca de Sete Quedas:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001470-6

Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000032-7

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000183-7

7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000977-3

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã:

Inquérito Civil nº 06.2023.00000171-9

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Inquérito Civil nº 06.2023.00000306-1

42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2023.00000312-8

Inquérito Civil nº 06.2023.00000407-1

Inquérito Civil nº 06.2023.00000410-5

Inquérito Civil nº 06.2023.00000419-3

Inquérito Civil nº 06.2023.00000423-8

Inquérito Civil nº 06.2023.00000428-2

3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001352-6

Procedimento Preparatório nº 06.2024.00000112-3

2. Ordem do dia:

2.1. Matéria Administrativa:



2.1.1. Requerimento encaminhado pelo Dr. Amilcar Araújo Carneiro Júnior, 11º Promotor de Justiça da comarca de Dourados em que apresenta Diploma referente ao Doutorado em Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI, da Universidade de Coimbra, concluído em 11.04.2024. (*Protocolo Unificado nº 02.2024.00041569-3*)

Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva

2.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios:

2.2.1. RELATORA-CONSELHEIRA IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI:

1. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000886-7 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo

2. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000965-5– SIGILOSO

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000970-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luiz Carlos Guarniere

Assunto: Apurar eventual supressão de vegetação sem autorização do órgão ambiental competente, ocorrida na Fazenda Colorado, situada no Município de Corguinho.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00001050-0

32ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hospital de Santa Casa de Campo Grande

Assunto: Apurar se, conforme o item “c” do Ofício n. 165/CGJ/SESAU (Pedido de Providências), os fatos apontados nas constatações n. 597392, 597388 e 597827 do Relatório de Auditoria n. 18697 foram casos isolados ou se essas situações ainda ocorrem no contexto da atual prestação de serviço pela Santa Casa, sob a égide do Convênio n. 03-A/2021 em vigor para que sejam sanadas.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00001133-1

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Taquarussu

Assunto: Verificar a prática de ato de improbidade administrativa decorrente da ausência de repasse à Previdência Social de valores descontados de salários dos servidores municipais da Prefeitura de Batayporã.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00000059-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Antônio Alves de Souza

Assunto: Apurar desmatamento de 1,14 hectare declaradas como vegetação nativa, na Fazenda Nossa Senhora Aparecida, em Ribas do Rio Pardo/MS

2.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIFUI NETO:

1. Inquérito Civil nº 06.2022.00001321-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marcelo Nicolini

Assunto: Apurar desmatamento a corte raso de 3,60 hectares de vegetação secundária em estágio médio de regeneração, pertencente ao Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Riacho Fundo, Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração IBAMA nº GN455F76 e Relatório de Fiscalização IBAMA nº 2QMR91X.

2. Inquérito Civil n. 06.2023.00001319-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual



Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível despejo de esgoto no córrego urbano de Bonito.

2.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:

1. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000834-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível irregularidade na eleição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

2. Inquérito Civil nº 06.2023.00001335-9 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica

2.2.4. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001567-4

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Eduardo Dominguez do Amaral

Assunto: Apurar dano ambiental causado no Lote Urbano n. 202 de propriedade do Sr. Eduardo Dominguez do Amaral, as margens do Rio Apa.

2. Inquérito Civil nº 06.2020.00001287-0 – SIGILOSO

17ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Dourados

3. Inquérito Civil nº 06.2023.00001042-9

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerentes: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e Secretaria Municipal de Saúde de Deodápolis/MS

Requerido: Flávio Jardim Gomes

Assunto: Apurar a prática, em tese, de ato de improbidade administrativa consistente em atentar contra os princípios da legalidade, eficiência e moralidade administrativas, por médico do Hospital Municipal Cristo Rei, em Deodápolis/MS.

2.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:

1. Inquérito Civil nº 06.2021.00000832-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Apurar eventual supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente, no município de Paranaíba/MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2022.00001561-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Maria Thereza Barbosa de Souza

Assunto: Apurar a ocorrência de eventuais irregularidades ambientais no imóvel rural denominado Fazenda Estiva, localizado no município de Guia Lopes da Laguna/MS.

3. Inquérito Civil de nº 06.2023.00000273-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Maracaju

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de ato ímprobo cometido por vereador do município de Maracaju/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2023.00001392-6 – SIGILOSO

32ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

**5. Inquérito Civil nº 06.2023.00001393-7**

32ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Comunidade Terapêutica Associação Casa do Renovo

Assunto: Apurar a regularidade da prestação do serviço da Comunidade Terapêutica Associação Casa do Renovo.

2.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Inquérito Civil nº 06.2023.00000400-5**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: João Gualberto da Rosa

Assunto: Apurar o desmatamento de 0,52 hectares de vegetação nativa, na Fazenda Ouro Fino, em Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 011535/2022 e Laudo de Constatação nº 014853/2022.

2. Inquérito Civil n.º 06.2023.00000643-6

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Angélica/MS

Assunto: Apurar a possível superlotação nas salas de aulas do Centro Municipal de Educação Novo Tempo, distrito de Ipezal, no Município de Angélica/MS, assim como na falta de professores e monitores capacitados para atender as crianças portadoras de necessidades especiais.

3. Inquérito Civil n.º 06.2023.00000976-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Shopping Três Lagoas Ltda.

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente do descarte incorreto de óleo e lançamento de efluentes de cozinha nas bocas de lobo.

2.2.7. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**1. Inquérito Civil nº 06.2021.00000429-6**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Jucilene Edineia dos Santos

Assunto: Apurar a supressão vegetal de 1,537 hectares de vegetação na propriedade denominada “Sítio 17 de Abril”, Lote 900, comunidade 08, do Projeto de Assentamento Teijin, em Nova Andradina/MS, realizado sem autorização do órgão ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 7057 (fl. 08), Laudo de Constatação nº 12.315 (fls. 09/10), Boletim de Ocorrência nº 425/2020 (fls. 11/12) e Relatório de Informações Complementares nº 047/3ºGPMA/2020 (fls. 13/19).

2. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000353-5

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Quality Sistemas Ltda.

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de software de gestão em saúde pública da pessoa jurídica Quality Sistemas Ltda. pelos Municípios de Rio Negro, Corguinho e Rochedo.

3. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000961-1

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bonito/MS

Assunto: Apurar suposto desvio de valores do orçamento da Câmara Municipal de Bonito oriundo de seus duodécimos, para a Prefeitura de Bonito, realizado pelo seu vereador presidente, sem a respectiva finalidade declarada, em aparente prática de desvio de finalidade da verba pública.

**4. Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000099-6**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Coxim/MS e Município de Alcinoópolis/MS

Assunto: Solicitar aos municípios de Coxim/MS e Alcinoópolis/MS, para aderirem ao Sistema Nacional de Promoção de Igualdade Racial SINAPIR.

2.2.8. RELATORA-CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:**1. Inquérito Civil nº 06.2022.00000532-2**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Tiago Felipe Saboto, Bianca Lourenço Calderran Saboto, Emanuele Boschetti Saboto, Diogo Rodrigo Saboto e Carla Etienne Saboto

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 14,25 hectares em área Remanescente de Vegetação Nativa e Reserva Legal, na "Fazenda Pão de Mel", em Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 154/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

2. Inquérito Civil nº 06.2022.00000104-8

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Agropecuária Borda do Rio Ltda

Assunto: Apurar a falta de 97,002 hectares para a composição de Reserva Legal e 37 hectares com ausência de vegetação arbórea densa nas áreas delimitadas como Reserva Legal (fora das APPs) em área de vegetação nativa, na Fazenda Jequitibá - Gleba B em Naviraí, conforme Parecer nº 050/2021 CEIPPAM/LASANGE-UEMS.

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00000405-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fernando Augusto Bataglin Marques

Assunto: Apurar irregularidade jurídica ambiental da supressão de 1,12 hectares, em área remanescente de vegetação nativa, na "Fazenda Nossa Senhora Aparecida", em Terenos/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 241/21/NUGEO.

4. Inquérito Civil nº 06.2023.00001390-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Eliane Ribas Vicente e Ricardo José Vicente

Assunto: Apurar a supressão de 47,02 hectares de vegetação nativa remanescente, no período de 05/10/2022 a 02/02/2023, no interior do imóvel rural "Fazenda Baía Morena", sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes e contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes, uma vez que fora dos limites abrangidos pela Autorização Ambiental n. 0383/2020.

5. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00008494-4 – SIGILOS

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

2.2.9. RELATOR-CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:**1. Inquérito Civil nº 06.2019.00001593-4**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antônio de Oliveira Souza

Assunto: Apurar desmatamento de 3,72 hectares em área de fitofisionomia Savana (cerrado) Arborizado – sem Floresta-de- Galeria, na Fazenda Lageado, em São Gabriel do Oeste/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 650/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).



2. Inquérito Civil nº 06.2022.00000659-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fernando Marcel Salles

Assunto: Apurar desmatamento de 7,06 hectares identificados sobre área declarada como remanescente de vegetação nativa, na Fazenda Campo Alegre, em Ribas do Rio Pardo/ MS, de propriedade de Fernando Marcel Salles.

COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 29/2024

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2024.00004872-0

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatária: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande/MS, representada por sua Prefeita Municipal, Adriane Barbosa Nogueira Lopes

Amparo legal: Resolução nº 26/2023-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 15 de maio de 2024.

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Cadeira/poltrona	15
2	Longarina de 3 lugares	2
TOTAL DE ITENS		17

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 26/2024

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2024.00004183-7

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatário: Conselho Tutelar Centro de Dourados/MS, representado por sua Conselheira Tutelar e Coordenadora, Alicemar Lima da Rocha

Amparo legal: Resolução nº 26/2023-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 25 de abril de 2024.

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Suporte para CPU	2
2	Gaveteiro	1
3	Umidificador de ar	4
4	Notebook	1
5	Longarina de 3 lugares	1
6	Estante de aço	1
7	Cadeira/poltrona	8
8	Armário alto	5
9	Purificador de água de parede	1
TOTAL DE ITENS		24

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0001/2024/NUED/MPMS**

O Núcleo da Educação torna público a instauração do Procedimento de Gestão Administrativa abaixo descrito, que está à disposição na Av. Desembargador José Nunes da Cunha, nº 214, Jardim Veraneio, nesta Capital.

Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00006557-3

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Acompanhar e fiscalizar a implementação da Lei Federal nº 13.722/2018, nas escolas das redes de ensino municipal, estadual e particular do Estado de Mato Grosso do Sul.

VERA APARECIDA CARDOSO BOGALHO FROST VIEIRA
Coordenadora do Núcleo da Educação

Nº MP 08.2024.00075807-3**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 20ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica à sra. Fernanda Vilharg a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0003800-86.2024.8.12.0001, em razão de excludente de ilicitude (legítima defesa), sem prejuízo do estatuído no art. 18 do Código de Processo Penal.

Campo Grande, 18 de junho de 2024.

DOUGLAS OLDEGARDO CAVALHEIRO DOS SANTOS
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0017/2024/34PJ/CGR

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2024.00002249-5

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: JBS S/A

Objeto(s): Fiscalizar as obrigações decorrentes do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2019.00001191-6.

Campo Grande, 19 de junho de 2024

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 08.2024.00100901-1, em que constam como investigado(a/s) Maurício Rafael Ferreira Mendes e vítima(s) O Estado, conforme se transcreve: “ante a ausência de provas quanto à autoria delitiva, o Ministério Público Estadual deixa de ofertar denúncia, e arquivar o presente procedimento, ressalvado, contudo, o disposto no art. 18 do CPP”.

Campo Grande, 18 de junho de 2024.

CANDY H. C. MARQUES MOREIRA
Promotora de Justiça
62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0056/2024/66PJ/CGR

A 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2024.00090552-5 em que constam como investigado Walney Pinheiro De Avilae vítima Maria Aparecida De Nicolo Avilaconforme se transcreve: “ante a insuficiência de provas para a propositura da ação penal”

Campo Grande/MS, 18 de junho de 2024

ESTEFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA
Promotor de Justiça

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

BONITO

EDITAL N. 0047/2024/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico

<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2024.00000561-9

Requerente: 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Requerido: Joel Dibo Filho

Assunto: Apurar a regularidade da áreas de preservação permante, bem como dos decks e passarelas instalados na acomodação conhecida como "A Casa Vagalume"

Bonito – MS, 15 de junho de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR
Promotor de Justiça

¹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**EDITAL N. 0048/2024/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico

<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2024.00000565-2

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Requerido: Afranio Gusmão Jacques

Assunto: Adotar providências ante o recebimento do Auto de Infração n. AI015374/2024, lavrado em desfavor de Afrânio Gusmão Jacques, em razão da construção de um açude dentro da faixa de proteção de 150m do Rio Formoso na Fazenda Cachoeira,

Bonito – MS, 15 de junho de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0050/2024/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico

<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>:

Inquérito Civil nº 06.2024.00000547-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Vinícius Corrêa de Araújo, Agropecuária Eldorado Ltda - ME

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da implantação de terraços em quantidade inferior à prevista no Projeto Técnico de Manejo e Conservação do Solo e Água, da supressão de 2,608 hectares, do dano em 2,367 hectares nas margens de vegetação nativa da Área de Preservação Permanente, bem como da invasão da lavoura em 26,624 hectares na faixa de proteção especial em Área de Preservação Permanente, na Fazenda Fênix, em Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n. 013861/2023, Laudo de Constatação n. 017509/2023 e Parecer Técnico - PT n. 193/2023/IMASUL”.

Bonito/MS, 07 de junho de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0052/2024/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico

<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil nº 06.2024.00000551-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Lindo Kenedy Silva Balta

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental do terraceamento em quantidade inferior à prevista no Projeto Técnico de Manejo e Conservação do Solo e Água, bem como da supressão de 3,3524 hectares de vegetação nativa, na Fazenda Meu Xiruzinho e Parte da Fazenda Guajuvira, Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 013221/2023, Laudo de Constatação nº 016813/2023 e Parecer Técnico n. 106/2023 (IMASUL).”

Bonito/MS, 16 de junho de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JÚNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0051/2024/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico

<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil nº 06.2024.00000543-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alexandre Belini

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da implantação de dreno de aproximadamente 357,00 metros, bem como de dano em 15 hectares em Área de Preservação Permanente, na Fazenda São João, em Bonito/MS, ambos sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração – IMASUL n. 013527/2023 e Parecer Técnico n. 135/2023.”

Bonito/MS, 07 de junho de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0053/2024/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>:

Inquérito Civil nº 06.2024.00000536-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Vinícius Corrêa de Araújo

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da implantação de terraços em quantidade inferior à prevista no Projeto Técnico de Manejo e Conservação do Solo e Água, bem como da supressão de 1,713 hectares de vegetação nativa, na Fazenda Montana, em Bonito/MS, sem autorização do órgão ambiental competente, conforme Auto de Infração n. 013863/2023 e Laudo de Constatação n. 017511/2023”.

Bonito/MS, data da assinatura digital.

ALEXANDRE ESTUQUI JÚNIOR

Promotor de Justiça

CASSILÂNDIA

EDITAL Nº 0004/2024/01PJ/CLA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a INSTAURAÇÃO do Inquérito Civil Público nº 06.2024.00000457-5, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Inquérito Civil Público nº 06.2024.00000457-5

Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Requerido: WANDERLEI TEODORO BARBOSA

Assunto: Apurar eventual irregularidade no cumprimento da carga horária desempenhada pelo servidor Wanderlei Teodoro Barbosa ao Município de Cassilândia/MS.

Cassilândia-MS, 18 de junho de 2024

MAYARA SANTOS DE SOUSA

Promotora de Justiça



CORUMBÁ

EDITAL N° 0016/2024/02PJ/CBA

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1880, Centro - CEP: 79331-110, Corumbá/MS - Telefone: (67) 3231-4664.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000270-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Márcio André Spessoto

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 14,82 hectares, em área de Reserva Legal, integrante do Bioma Pantanal, ocorrida entre julho/2023 e outubro/2023, na Fazenda Genipava, em Corumbá/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração – IBAMA n. OXBD7MLK e Relatório de Fiscalização – IBAMA n. 902PHKB.”

Corumbá/MS, 18 de junho de 2024.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

ELDORADO

06.2022.00000520-0

EDITAL N° 0009/2024/PJ/EDD

A Promotoria de Justiça da Comarca de Eldorado/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, firmado nos autos de Inquérito Civil n. 06.2022.00000520-0 que está à disposição de quem possa interessar na Rua Assis Chateaubriand, 1.555, Bairro das Palmeiras, nesta cidade, podendo ser acessado em sua íntegra no link <<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>>

Área de atuação: Meio Ambiente

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça de Eldorado/MS

Compromissários: José Moacir Turquino, brasileiro, agropecuarista, casado, portador do RG nº 343.257-2 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 004.821.969-04, residente e domiciliado na Rua São Paulo, nº 1220, Spartaco Astolfi, CEP 79970-000, em Eldorado/MS. Alexandre Borges Turquino, brasileiro, agropecuarista, casado em regime de separação de bens, portador do RG 3.2884.452-9 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 66.3888.809-91, residente e domiciliado na Rua João Huss, nº 75, apto. 22, Edifício Torre de Málaga, Gleba Fazenda Palhano, CEP: 86050-490, em Londrina/PR. Andrea Borges Turquino, brasileira, empresária, divorciada, portador do RG nº 3.283.970-3 SSP/PR, inscrita no CPF sob o nº 606.960.529-20, residente e domiciliada na Rua 12, nº 1382, Apto 2100, Edifício Imperador do Park, Jardim Goiás, CEP: 74810-150, em Goiânia/GO.

Objeto: Dano ambiental na Fazenda Nova Bonanza, localizada no município de Eldorado/MS, composta pela matrícula n. 7.518, do Cartório do Registro de Imóveis de Eldorado/MS, inscrita no Cadastro Ambiental Rural sob o n. 0008386, totalizando aproximadamente a área de 765,4969 hectares. COORDENADAS GEOGRÁFICAS DO DANO 21K 781249.74 E 7373581.11 (fls. 13-15), 21K 781500.44 E 7374471.13 (fls. 25-27) e 21K 7810755.27 E 73730772.25 (fls. 36-37), referente à supressão de 1,12 hectares de vegetação nativa em área de Reserva Legal integrante do Bioma Mata Atlântica, bem como a utilização irregular de 18,14 m³ de madeira nativa e a supressão de 0,07 hectares em área de preservação permanente, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme os Autos de Infração n. 3701, n. 3703 e n. 3704, respectivamente.

Obrigações: CLÁUSULA PRIMEIRA: Os compromissários informam neste ato que o imóvel mencionado no Título II encontra-se devidamente inscrito no Cadastro Ambiental Rural com o seguinte número: 0008386. CLÁUSULA SEGUNDA: Se a área de reserva legal, de preservação permanente e/ou de uso restrito estiver integral e comprovadamente preservada sob o aspecto ambiental, o isolamento será decidido pelo órgão ambiental, caso entenda que agentes degradadores estejam ou possam a vir causar degradação nestas áreas protegidas. CLÁUSULA TERCEIRA:



Para a recuperação das áreas degradadas, os compromissários, independentemente do cumprimento das exigências do órgão ambiental, adotarão as seguintes providências: a) apresentarão o PRADA - Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas juntado às fls. 99-130 ao órgão ambiental competente, no prazo de 03 meses da assinatura deste, juntando-se cópia do PRADA e de seu protocolo ao procedimento administrativo de acompanhamento de TAC, sendo que, caso haja arquivamento ou não aprovação do mesmo por qualquer motivo, deverão reiniciá-lo em 30 dias da ciência do arquivamento ou não aprovação, sob pena da multa prevista neste TAC. PARÁGRAFO PRIMEIRO. No caso desta cláusula, a presença de animais de criação (bovinos, caprinos, equinos, etc.) ou desenvolvimento de atividades agrícolas, no interior do perímetro da reserva legal e da área de preservação permanente após a assinatura do TAC configurará descumprimento deste Termo de Ajustamento de Conduta, sancionando-se com a multa prevista neste instrumento. PARÁGRAFO SEGUNDO. Os compromissários comprometem-se a não roçar as áreas previstas nesta cláusula (salvo nos casos de roçadas localizadas para desenvolvimento de plantio de mudas visando a recuperação), bem como não efetuar plantio de espécies agrícolas. PARÁGRAFO TERCEIRO. A fiscalização do cumprimento do PRADA e da recuperação das áreas, será feita pelo órgão ambiental competente, que receberá ofício do Ministério Público solicitando que informe caso haja descumprimento, para fins de execução do TAC. Esta previsão não impede que o Ministério Público requirite de qualquer órgão ou entidade a fiscalização do cumprimento deste Ajustamento de Conduta. PARÁGRAFO QUARTO. As atividades previstas no PRADA, no PRA e no Termo de Compromisso firmado com o órgão ambiental, bem como seu cronograma, passarão a fazer parte deste TAC, sendo que seu não cumprimento ensejará as multas e penalidades previstas neste instrumento. PARÁGRAFO QUINTO. Tendo em vista que a área do imóvel é considerada Mata Atlântica, aplicando-se ao caso a Lei Federal n. 11.428/2006, não poderão constar no Cadastro Ambiental Rural ou no Programa de Regularização Ambiental áreas consolidadas de Reserva Legal ou Área de Preservação Permanente, competindo a recuperação de toda a área de vegetação suprimida a partir de 22 de dezembro de 2006, sem a devida licença ambiental. PARÁGRAFO SEXTO. Não poderão ocupar as áreas de preservação permanente, ainda que anteriores a 22 de julho de 2008, os ranchos de pesca ou lazer, uma vez que não se enquadram na categoria de "ecoturismo" ou "turismo rural" previstas no artigo 61-A da Lei n. 12.615/2012, já que não exercem qualquer atividade econômica na área. PARÁGRAFO SÉTIMO. A presença de animais na área de reserva legal somente será admitida mediante autorização prévia em plano de manejo aprovado pelo órgão ambiental, nos termos do artigo 17. § 1º, da Lei Federal n. 12.615/2012. CLÁUSULA QUARTA: Os compromissários se comprometem a: I) não receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até final beneficiamento; II) não vender, expor à venda, ter em depósito, transporta ou guarde madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente; CLÁUSULA QUINTA: A título de indenização ambiental os compromissários comprometem-se a doar a soma de R\$ 74.787,00 (setenta e quatro mil setecentos e oitenta e sete reais), à Instituição UCDB - Universidade Católica Dom Bosco, devidamente cadastrada como entidade beneficiária de TAC, conforme a Resolução PGJ n. 031/2012, divididos em 15 (quinze parcelas) iguais e sucessivas R\$ 4.985,80 (quatro mil novecentos e oitenta e cinco reais e oitenta centavos), iniciando-se no dia 10 do mês seguinte ao da assinatura, vencendo-se as demais todos os dias 10 dos meses seguintes, para custear o Projeto CEIPPAM-UCDB (CNPJ nº 03.226.149/0015-87, Conta Corrente nº 13000305-1, Agência nº 4317. Banco Santander). CLÁUSULA SEXTA: O descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas neste instrumento, implicará, independentemente de notificação, no pagamento de multa no valor de 500 (quinhentas) UFERMS, a ser recolhida em favor do Fundo Municipal do Meio Ambiente desta Cidade ou à entidade indicada por esta Promotoria de Justiça que atenda aos requisitos da resolução que regulamenta a questão no âmbito do Ministério Público. PARÁGRAFO PRIMEIRO. A aplicação das penalidades previstas no caput se dará com o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, tratando-se de multa sancionatória, e não afasta a execução específica das referidas obrigações, na forma prevista na legislação aplicável, incidindo-se por dia de atraso, neste caso, multa cominatória diária de 10 (dez) UFERMS até o cumprimento da obrigação assumida. PARÁGRAFO SEGUNDO. O não pagamento da multa sancionatória prevista na cláusula anterior, na data fixada, implica em sua execução pelo Ministério Público, incidindo-se a partir daquela data o índice de correção monetária IGPM, e juros de mora de 1% ao mês. TÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS - CLÁUSULA SÉTIMA: A revogação, total ou parcial, de quaisquer das normas legais referidas neste Termo de Ajustamento de Conduta, sem prejuízo de outras, não alterará as obrigações ora assumidas. PARÁGRAFO ÚNICO. A assinatura deste Termo de Ajustamento de Conduta não afasta a competência dos órgãos ambientais para atuação, nem exime do cumprimento das normas legais pertinentes, sendo garantia mínima ambiental. CLÁUSULA OITAVA: O compromitente poderá fiscalizar a execução do presente acordo sempre que entender necessário, tomando as providências legais cabíveis, inclusive determinando vistorias no imóvel rural e requisitando providências pertinentes aos objetos das obrigações ora assumidas que deverão ser atendidas pelos compromissários no prazo fixado na notificação ou requisição. CLÁUSULA NONA: Os compromissários obrigam-se a atender, no prazo estabelecido, todas as requisições e solicitações dos órgãos de defesa ambiental federal, estadual e



municipal, sempre que estes assim procederem. CLÁUSULA DÉCIMA: O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta poderá ensejar, além da incidência e cobrança da multa respectiva, a propositura de ação civil pública, a execução específica das obrigações de fazer ou não fazer, a instauração de inquérito policial ou ação penal, bem como outras providências administrativas cabíveis; PARÁGRAFO ÚNICO. Este Termo de Ajustamento de Conduta não inibe ou impede que o compromitente exerça suas funções ou prerrogativas constitucionais ou infraconstitucionais na defesa do meio ambiente ou de qualquer outro direito difuso, coletivo ou individual homogêneo, relacionados direta ou indiretamente com o objeto deste Termo. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Em caso de transferência de propriedade ou posse, onerosa ou gratuita, da área integral ou fracionada, os compromissários se obrigam a dar ciência a outra parte no negócio, fazendo constar do contrato particular ou escritura pública as obrigações ora assumidas e as respectivas multas pelo descumprimento. Se os compromissários transferirem a propriedade sem cumprir a obrigação ora assumida, permanecerão como responsáveis solidários com o adquirente nas obrigações e nas multas por descumprimento. Se os compromissários transferirem tão somente a posse, a qualquer título, permanecerão responsáveis solidários com o possuidor ou detentor nas obrigações e nas multas por descumprimento. PARÁGRAFO PRIMEIRO: O adquirente do imóvel descrito no título I deste TAC, total ou parcialmente, sub-roga-se nas obrigações assumidas, devendo cumpri-lo em sua integralidade. PARÁGRAFO SEGUNDO: Os compromissários deverão, no prazo de 03 meses da assinatura, informar a assinatura deste TAC ao órgão ambiental junto ao Cadastro Ambiental Rural a ser inscrito, sendo que, de qualquer forma, autorizam desde já esta Promotoria de Justiça a solicitar via ofício tal providência ao órgão ambiental (IMASUL). CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Em caso de abertura da sucessão do proprietário ou possuidor da área, a qualquer título, as obrigações assumidas passarão aos seus herdeiros, sem exceção. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Este compromisso de ajustamento produz efeitos a partir da sua assinatura e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, e do art. 784, IX, do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015).

Eldorado/MS, 18 de junho de 2024

FÁBIO ADALBERTO CARDOSO DE MORAIS
Promotor de Justiça

MIRANDA

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ², de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigados e à vítima a decisão de arquivamento do Inquérito Policial autuado sob o nº 0001984-95.2022.8.12.0015, em que constam como investigado Laércio Nascimento da Silva e vítima Fernando Henrique Marques de Queiroz, conforme se transcreve: “ Infere-se, portanto, que o Ministério Público ficou desprovido de elementos essenciais para o oferecimento da denúncia diante da ausência de justa causa, a teor do art. 41 do Código de Processo Penal. (...) Ante o exposto, o Ministério Público Estadual deixa de ofertar denúncia, promovendo o arquivamento do presente Inquérito Policial, requerendo, para tanto, sua homologação”.

Miranda/MS, 17 de junho de 2024.

TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA
Promotora de Justiça

² § 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ³, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado a decisão de arquivamento do Inquérito Policial autuado sob o nº 0900372-63.2023.8.12.0015, em que consta como investigado Inácio Roberto, conforme se transcreve: “Assim, não havendo elementos para identificação de autoria para a conduta descrita no artigo 311 do Código Penal, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento destes autos, pugnando por sua homologação”.

Miranda/MS, 17 de junho de 2024.

TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA
Promotora de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁴, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado e à vítima a decisão de arquivamento do Inquérito Policial autuado sob o nº 0900395-09.2023.8.12.0015, em que constam como investigado A. P. e vítima C. P. C.⁵, conforme se transcreve: “(...) da análise dos autos, não restou cabalmente demonstrado que o casal se encontrava separado na data dos fatos, eis que o suposto autor alegou que se separaram em junho, porém ainda se encontravam e se relacionavam (fl. 07), fato que poderia ensejar a incidência da escusa absolutória prevista no art. 181, I, do Código Penal. À vista do exposto, o Ministério Público Estadual deixa de ofertar denúncia, promovendo o arquivamento do presente Inquérito Policial, requerendo, para tanto, sua homologação”.

Miranda/MS, 17 de junho de 2024.

TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA
Promotora de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁶, de 24 de novembro de 2023, comunica aos investigados/vítimas a decisão de arquivamento do Inquérito Policial autuado sob o nº 0900434-06.2023.8.12.0015, em que constam como investigado/vítima M. M. A. e investigado/vítima R. C. V.⁷, conforme se transcreve: “(...) de fato, mostrando-se dúbias as evidências acostadas aos autos, não se permitindo concluir acerca da forma como os fatos efetivamente se desenrolaram, não havendo testemunha presencial do ocorrido, resta impositivo o arquivamento, mormente diante da constatação de lesões recíprocas e de ter sido a vítima a agressora inicial. À vista do exposto, o Ministério Público Estadual deixa de ofertar denúncia, promovendo o arquivamento do presente Inquérito Policial, requerendo, para tanto, sua homologação”.

Miranda/MS, 17 de junho de 2024.

TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA
Promotora de Justiça

3 § 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.

4 § 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.

5 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

6 § 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.

7 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁸, de 24 de novembro de 2023, comunica aos investigados/vítimas a decisão de arquivamento do Inquérito Policial autuado sob o nº 0900451-42.2023.8.12.0015, em que constam como investigado/vítima I. de O. T. e investigado/vítima J. C. G.⁹, conforme se transcreve: “Firme em tais premissas, vislumbra-se que o Ministério Público ficou desprovido de elementos essenciais para o oferecimento da denúncia diante da ausência de justa causa, a teor do art. 395, inciso III, do Código de Processo Penal. À vista do exposto, o Ministério Público Estadual deixa de ofertar denúncia, promovendo o arquivamento do presente Inquérito Policial, requerendo, para tanto, sua homologação”.

Miranda/MS, 17 de junho de 2024.

TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA
Promotora de Justiça

.....
PEDRO GOMES
.....

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Pedro Gomes, nos termos do disposto no artigo 5º, §2º, da Resolução Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0000249-18.2023.8.12.0039, em que consta como investigado *A apurar* conforme se transcreve: "verifica-se que os elementos são incipiente e insuficientes para indicar, ainda que de forma apriorística, o indivíduo responsável por furtar os objetos, tendo em vista que no local não há câmeras e nem testemunhas (...) Ante o exposto, à luz dos argumentos esposados alhures, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul decide pelo ARQUIVAMENTO do presente inquérito policial".

Pedro Gomes/MS, 12 de junho de 2024.

JEAN CARLOS PILONETO
Promotor de Justiça em Substituição Legal

.....
PONTA PORÃ
.....

EDITAL N 0005/2024**NOTÍCIA DE FATO N 01.2024.00005066-9**

ANEXO III DA RESOLUÇÃO N. 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022.

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Supervisão das Promotorias de Justiça de Ponta Porã faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº. 0005/2024, referentes aos documentos da 4ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022.

O Prazo é de 5 (cinco) dias, contando da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvos as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

Ponta Porã, 18 de junho de 2024.

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE
Promotora de Justiça
Supervisão das Promotorias de Justiça

⁸ § 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.

⁹ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.



Anexo II da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de ABRIL de 2022

FORMULÁRIO DE RECOLHIMENTO DE DOCUMENTOS PARA ELIMINAÇÃO				
Unidade Produtora: 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ-MS				
Responsável: ANDRÉA DE SOUZA RESENDE				
Classe e subclasse	Descrição do documento	Ano do documento	Volume	Observações
Classe-200	Notícia de fato: qualquer demanda dirigida aos órgãos da atividade-fim do Ministério Público, civil (individual, difusa ou coletiva) e criminal, submetida à apreciação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, conforme as atribuições das respectivas áreas de atuação, podendo ser formulada presencialmente ou não, entendendo-se como tal a realização de atendimentos, bem como a entrada de notícias, documentos, requerimentos ou representações;	2018	02 Volumes	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-100	Termo de Declaração	2018	03 Volumes	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-200	Audiencia e escala mensal	2018	02 volumes	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-200	Relação de remessa de documentos ; (copias);	2015	03 Volumes	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-100	Audiencia extrajudicial: ata de audiência, termo de audiência.	2018	02 Volumes	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-100	Diligências: Pareceres técnicos	2018	02 Volumes	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-200	Comunicações de flagrante	2018-2020-2022	02 volumes	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-100	Diligências: mandados de averiguação, intimação e notificação	2019	03 Volumes	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-100	Pautas: atas, termo de audiências, termos de oitiva	2018	02 volumes	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-000.060.061.1	Protocolo: documentos referentes ao controle da entrada e saída (recebidos e enviados), da distribuição, da movimentação e da expedição de documentos e processos, bem como aqueles referentes aos procedimentos para autuação dos documentos avulsos, a exemplo de controle de processos, documentos internos e externos e correspondências expedidas, recebidas e movimentadas; livros de protocolo	2018	02 volumes	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe: 100	Denuncia ou aditamento de denúncia.	2022	02 volume	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-000-060	Documentos avulso: aquele que não será juntado ou autuado a nenhum processo ou procedimento.	2015-2016	02 VOLUMES	Apto para eliminação
Classe-100	Relação de remessa de documentos	2019	03 Volumes	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-200	Manifestações diversas em processos judiciais, parecer, petições, razões e contrarrazões recursais, pedidos e requisições de diligencias; entre outros	2022	02 volumes	Aptos para eliminação
Classe-100-	Promoção de Arquivamento	2015	01 Volume	Apto para ELIMINAÇÃO
Conforme o Anexo II da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022, que dispõe sobre a Política de Arquivo e aprova o Plano de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade de Documentos a serem adotados pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.				
Local e data: _____				
Carimbo e assinatura do Responsável				
PARA USO DA CPAD				
Recebido ____/____/____				
_____ Carimbo e assinatura do Responsável				



TRÊS LAGOAS

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 8ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24/11/23 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26/03/2024), comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial dos Autos SAJTJ nº 0808740-69.2022.8.12.0021 e SAJMP nº 08.2022.00180874-6, em que consta como investigado o Sr. Eneias dos Santos de Paula e vítima Ronaldo Domingos da Silva, conforme se transcreve: "em razão da atipicidade da conduta do investigado, ressalvado, ressalvado o disposto no art. 18 do CPP".

Três Lagoas/MS, 17 de junho de 2024.

ANA CRISTINA CARNEIRO DIAS
Promotora de Justiça em substituição legal

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 8ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26/03/2024), comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial dos Autos SAJTJ nº 0902117-60.2023.8.12.0021 e SAJMP nº 08.2024.00023217-6, em que consta como investigado Gustavo Lourenço Alves da Paz e vítima Maria Antonieta da Silva Bernardes, conforme se transcreve: "em razão da insuficiência de elementos de informação acerca da existência do crime, ressalvado o disposto no art. 18 do CPP".

Três Lagoas/MS, 17 de junho de 2024.

ANA CRISTINA CARNEIRO DIAS
Promotora de Justiça em substituição legal

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 8ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24/11/23 (com alteração dada pela Res. Nº 5/2024-PGJ, de 26/03/2024), comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial dos Autos SAJTJ nº 0900720-29.2024.8.12.0021 e SAJMP nº 08.2024.00069090-0, em que consta como investigado M.A.S. e vítima I.L.S, conforme se transcreve: "em razão da insuficiência de elementos de informação acerca da existência do crime, ressalvado o disposto no art. 18 do CPP".

Três Lagoas/MS, 17 de junho de 2024.

ANA CRISTINA CARNEIRO DIAS
Promotora de Justiça em substituição legal